



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638693 - SP (2021/0001625-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : RODRIGO FOGACA DA CRUZ
ADVOGADO : RODRIGO FOGAÇA DA CRUZ - SP239730
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLEBERSON ADRIANO DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : PAULO PARAIZO LOPES NETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLEBERSON ADRIANO DA SILVA e OUTRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2223709-51.2020.8.26.0000).

Os pacientes encontram-se presos preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, e Cleberson ainda pelo art. 333, *caput*, c/c o art. 69 do Código Penal.

O impetrante sustenta que "por acreditar que a argumentação utilizada no caso concreto para fundamentar o indeferimento da substituição da prisão preventiva por uma, ou mais de uma das medidas alternativas a prisão, previstas no art. 319 do CPP é insuficiente e inidônea, o que caracteriza uma prisão ilegal" (fl. 14).

Requer, em pedido liminar e no mérito, a substituição da prisão preventiva dos pacientes por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente